



Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins



www.stal.pt

Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt



**HORÁRIO DE TRABALHO, REPOSIÇÃO DOS CORTES
E AUMENTO DOS SALÁRIOS, REDUÇÃO DOS IMPOSTOS**

Derrotar as políticas de direita exigir a melhoria das condições de vida

RESOLUÇÃO

Após quase quatro anos de empobrecimento e afundamento da economia, e a poucos meses do fim formal do Governo PSD/CDS-PP, cujo descrédito é já total, vivemos hoje a maior crise social e económica de que há memória na história de Portugal, provocada pela prolongada ofensiva contra os direitos sociais e laborais, que se intensificou logo com os PEC dos governos PS de Sócrates e se radicalizou sob a vigência da actual coligação de direita, com a cobertura da troika estrangeira e o apoio do Presidente da República.

As consequências são brutais, atingindo os direitos laborais, os salários, o trabalho extraordinário, as carreiras profissionais, os vínculos e as relações de emprego, a segurança social e a saúde; esta ofensiva traduziu-se na redução drástica do poder de compra dos portugueses, quer por via da redução nominal dos salários, quer devido ao enorme aumento dos impostos, reduzindo à pobreza amplas camadas da população, incluindo uma parte significativa de trabalhadores no activo, que sobrevivem com salários de miséria.

Ao mesmo tempo, os grandes grupos económicos e as grandes fortunas continuaram a acumular lucros e património, beneficiando das políticas que favorecem a transferência de riqueza do trabalho para o capital, bem como do fluxo directo de recursos públicos para a esfera privada, seja através do financiamento da Banca pelo Estado, seja mediante contratos ruinosos chamados de parcerias público-privado (PPP), sejam ainda pela venda ao desbarato de importantes empresas públicas e sectores estratégicos.

Repor a legalidade, publicar os ACEP!

No quadro da ofensiva generalizada contra os trabalhadores e de favorecimento do capital, o Governo PSD/CDS-PP impôs o aumento da semana de trabalho na Administração Pública das 35 para as 40 horas, com o intuito claro de abrir caminho ao aumento do horário no sector privado.

Vendo esse objectivo gorar-se na maioria das autarquias, o Governo procura impor ilegalmente a inclusão de instrumentos que atentam gravemente contra o direito ao horário de trabalho, como condição para a efectivação dos acordos colectivos que consagram as 35 horas.

Neste quadro, a Direcção Nacional do STAL, reunida a 15 de Maio na sua Sede Nacional, exige do Governo a imediata publicação dos mais de 600 ACEP, assinados entre o Sindicato e diversas entidades autárquicas e ilegalmente bloqueados há vários meses, e o fim imediato dos processos de protelamento, coacção e chantagem que tem exercido sobre as autarquias.

O STAL reafirma a sua firme disposição de prosseguir a luta pela publicação dos ACEP e a reposição da legalidade, tal como determinou muito recentemente o Tribunal Administrativo de Lisboa, que condenou o Governo a publicar o ACEP da Junta de Freguesia da Senhora da Vila (Montemor-o-Novo).

Apela a todos os presidentes e demais eleitos nos órgãos autárquicos que, à luz das conclusões do último Congresso da Associação Nacional de Municípios, recusem a intromissão do Governo na gestão dos recursos humanos, incluindo os ACEP, e se empenhem na defesa da autonomia do Poder Local.

E reitera que continuará a lutar pela manutenção das 35 horas para todos, rejeitando toda e qualquer tentativa de bloqueamento da contratação ou de imposição do banco de horas e adaptabilidade, instrumentos que o Sindicato repudia e combaterá por todos os meios.

Pela mudança real de políticas

Exigindo o fim das políticas de empobrecimento e a melhoria imediata das condições de vida dos trabalhadores e dos portugueses em geral, a Direcção Nacional do STAL reclama ainda:

- A eliminação imediata da Sobretaxa Extraordinária de IRS, a reposição dos cortes salariais e dos valores do trabalho suplementar e o descongelamento dos salários, a redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e o aumento do salário mínimo nacional, de acordo com a proposta apresentada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública.
- A resolução da situação ilegal e profundamente imoral da utilização de inscritos nos centros de emprego nos chamados CEI (Contratos de Emprego e Inserção) e outras formas irregulares de exploração de trabalhadores desempregados e de jovens à procura do primeiro emprego, convertendo em vínculos laborais efectivos, com os respectivos direitos, todos os contratos irregulares utilizados para o desempenho de funções permanentes.
- O respeito do direito de contratação colectiva e da autonomia do Poder Local, ambos consagrados na Constituição.

- O fim das privatizações dos serviços públicos locais e das funções sociais do Estado, e a promoção de serviços públicos de qualidade, com trabalhadores motivados e valorizados.

A Direcção Nacional do STAL lança um apelo a todos os trabalhadores para que se empenhem na luta pela derrota do actual Governo e pela exigência de uma verdadeira mudança de políticas, que respeite o trabalho e os trabalhadores, abrindo caminho para a construção de uma sociedade mais justa, menos desigual, promotora do progresso económico e social e do bem-estar para todos.

Lisboa, 15 de Maio de 2015

A Direcção Nacional do STAL